

GLOBALIZAÇÃO, IDEOLOGIA E LUTA DE CLASSES

Francisco José Soares TEIXEIRA¹

Universalidade e globalização: normatividade e pragmatismo na evolução do pensamento moderno

1 - O mercado como instituição para construção do cidadão mundial

Com o advento da modernidade é inaugurada a aplicação sistemática da ciência aos processos de trabalho, permitindo ampliar e diversificar a base material sobre a qual se desenvolve a produtividade do trabalho. A partir de então, a produção e o consumo rompem com as barreiras nacionais e locais e assumem um caráter cada vez mais cosmopolita, anunciando, assim, o nascimento do mercado mundial, que cresce aceleradamente sob o impulso das grandes descobertas dos séculos XV e XVI.

É nesse contexto que se desenvolve o pensamento iluminista. Um pensamento que só pode apreender o homem enquanto ser do mundo. E não poderia ser diferente. Numa época em que o comércio entre países, com diferentes culturas e valores, despontava como uma realidade mundial, o pensamento de então não poderia fugir à exigência histórica de seu tempo. Hegel sabia disto. Daí sua saudação a esses novos tempos, por ele considerados parceiros das condições materiais para a criação de um sistema universal de cultura. Um sistema, como diria, que levaria o homem a despertar para o temporal e a mirar com alegria a terra, os seus solos e ocupações, como algo justo e inteligente, porque produzido conscientemente,

¹ Departamento de Economia - UECE - Fortaleza-CE-Brasil.

isto é, de acordo com um projeto racional e intencionalmente preestabelecido.

A **Economia Política Clássica (EPC)** é contemporânea dessa época de transformações. Seus teóricos, assim como Hegel iria defender mais tarde, viam o comércio mundial como condição necessária para o desenvolvimento da humanidade. Infelizmente, o contexto histórico em que nasce essa ciência é de um mundo ainda fortemente dominado por práticas feudais e mercantilistas, que impediam o livre desenvolvimento do comércio em escala mundial.

Contra essa situação, a **EPC** cria a doutrina do livre comércio. Uma doutrina que faz do mercado uma instituição normativa a partir da qual deve ser julgada a sociedade e, assim, abrir espaço para um programa de ação voltado para a remoção dos obstáculos que entravam o progresso e a riqueza das nações.

Esse fundamento normativo pode ser resumido mediante o conceito smithiano da "mão invisível", que ensina que a economia deve funcionar sem qualquer regulamentação social direta. É com base nesse princípio que Smith explica o desenvolvimento da Inglaterra à frente das outras nações. Em suas próprias palavras,

embora os altos gastos do governo [...] devam ter retardado o curso natural da Inglaterra em direção à riqueza e ao desenvolvimento, não foi possível sustá-lo. A produção anual da terra e do trabalho na Inglaterra é, sem dúvida, muito maior hoje do que na época da restauração ou da revolução. Em consequência, maior deve ter sido também o capital empregado anualmente no cultivo da terra e para manter essa mão-de-obra. Em meio a todas as exceções feitas pelo governo, esse capital foi sendo silencioso e gradualmente acumulado pela frugalidade e pela boa administração dos indivíduos particulares, por seu esforço geral, contínuo e ininterrupto no sentido de melhorar sua própria condição. Foi esse esforço protegido

pela lei e permitido pela liberdade de agir por si próprio de maneira mais vantajosa, que deu sustentação ao avanço da Inglaterra em direção à grande riqueza e ao desenvolvimento em quase todas as épocas anteriores, e que, como é de se esperar, acontecerá em tempos futuros. (1985, p.296)

Smith sugere, assim, o que o mundo deve fazer para se igualar a esse país. Sua lição é muito clara: a liberdade de mercado é a única solução para o progresso e o desenvolvimento das economias. Por isso, ele é contra a política mercantilista, que proibia um livre fluxo de compra e venda entre os países. Contra um comércio regulado por leis estatais, ele advogava a livre concorrência como princípio regulador das trocas internacionais. Ele defende que uma economia regulada pelas leis do livre comércio,

...ao abrir um mercado mais vasto para qualquer parcela de produção de sua mão-de-obra que possa ultrapassar o consumo interno, [...] estimula essa mão-de-obra a melhorar suas forças produtivas e a aumentar sua produção ao máximo, aumentando assim a renda e a riqueza reais da sociedade. O comércio externo presta continuamente esses grandes e relevantes serviços a todos os países entre os quais ele é praticado.(SMITH, 1985, p.372)

Um comércio externo, livre de regulamentação estatal, é a melhor política econômica para promover o progresso e a riqueza das nações. Isto porque

não há regulamentação comercial que possa aumentar a quantidade de mão-de-obra em qualquer sociedade além daquilo que o capital tem condições de manter. Poderá apenas desviar parte desse capital para uma direção para a qual, de outra forma, não teria sido canalizada; outrossim, de maneira alguma há certeza de que essa direção

artificial possa trazer mais vantagens à sociedade do que aquela que tomaria caso as coisas caminhassem espontaneamente. (SMITH, 1985, p.378)

Segue-se daí que a regulamentação do mercado impede a liberalização e a iniciativa espontânea dos indivíduos, na medida em que os proíbe de descobrir a aplicação mais vantajosa para seu capital. Deixados à sua livre iniciativa, todos serão levados como que por uma **mão invisível** a promover o interesse geral da sociedade. Por isso, argumenta o autor da *Riqueza das Nações*:

é evidente que cada indivíduo (...) tem muito melhores condições do que qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade nacional na qual pode empregar seu capital, e cujo produto tenha probabilidade de alcançar o valor máximo. O Estadista que tentasse orientar pessoas particulares sobre como devem empregar seu capital não somente se sobrecarregaria com uma preocupação altamente desnecessária, mas também assumiria uma autoridade que seguramente não pode ser confiada a alguma assembléia ou conselho, e que em lugar algum seria tão perigosa como nas mãos de uma pessoa com insensatez e presunção suficiente para se imaginar capaz de exercer tal autoridade.(1985, p. 380)

A defesa smithiana do livre mercado é muito clara: nenhuma autoridade central pode ter conhecimento melhor do que os indivíduos, no que diz respeito a suas decisões de investimentos. E não pode porque nenhum planejador tem condições de dispor de um conhecimento global que permita a coordenação das milhões de decisões, que são tomadas por diferentes sujeitos e com diferentes interesses. Por isso, o mercado é o único mecanismo capaz de suprir essa falta de conhecimento e, assim, coordenar a multiplicidade de decisões e ações dos indivíduos.

Desdobrando melhor seus argumentos em defesa do livre mercado, salta à vista que, para Smith, uma coordenação consciente do mercado seria uma ameaça fundamental à liberdade e, por extensão, prejudicial ao progresso e ao desenvolvimento da humanidade. É o que também advoga David Ricardo, que defende a liberdade de mercado como condição de possibilidade para a construção do **cidadão mundial**. Em suas próprias palavras,

num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao **bem universal** do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a **sociedade universal** de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. (RICARDO.1985, p.104)

A filosofia divide com a EPC a idéia de que a criação de um mercado mundial é condição de possibilidade para a construção do **bem universal, de uma comunidade cosmopolita e, assim, do homem como cidadão mundial**. Apropriando-se dos resultados do pensamento econômico, Hegel retoma de Smith e Ricardo a idéia central da relação entre interesse particular e interesse universal. Pensa sua relação dialética, isto é, em como a "astúcia da razão" transforma a anarquia do mercado numa instância criadora de valores éticos, na medida em que os indivíduos, ao buscarem satisfazer seus interesses egoísticos, acabam por descobrir que isso depende da realização dos interesses dos outros indivíduos. Vale dizer: cada um só poderá realizar seus fins particulares se entrar em relações de cooperação com os demais, de modo que quanto

mais o indivíduo trabalha para si, mais se torna dependente da atividade dos outros. Cria-se, assim, um sistema de interdependência universal, de tal sorte que as vontades particulares só podem realizar seus interesses quando mediadas por esse sistema.

O mercado aparece, assim, como uma das condições fundamentais para a interiorização da vida ética. Ele é o lugar onde os indivíduos aprendem a querer o que é universal. E aprendem porque cada indivíduo, ao procurar atender os seus impulsos e paixões imediatas, acaba por criar e desenvolver um **sistema cultural universal**, como condição necessária para realizar seus interesses particulares. Esse sistema, enquanto produto das atividades econômicas dos indivíduos, desenvolve e multiplica as carências, e, ao mesmo tempo, cria os meios para atendê-las. As coisas se passam mais ou menos assim: uma atividade exige outra que, por sua vez, demanda outras tantas e assim por diante. Para dar um exemplo próximo da época de Hegel, a arte de produzir navios exige toda uma gama de profissões, que vai desde aquelas relacionadas aos conhecimentos de navegação até aquelas que dizem respeito à produção de madeira, passando pelas minas de extração de ferro, pela indústria de confecção de cordas, pregos, alfinetes, colas, papel etc. Além disto, a arte de navegar aproxima diversos povos, que passam a intercambiar suas mercadorias e, assim, suas diferentes culturas. É neste sentido que o universal aparece como condição de possibilidade para a particularidade realizar seus fins, seus interesses (TEIXEIRA, 1976).

Esse sistema universal de interdependência entre as diferentes atividades, com suas respectivas profissões, serve para mostrar a Hegel que esta conexão se estabelece livremente, sem a imposição de nenhuma autoridade central que dite aos indivíduos o que devem produzir e como produzir² (HEGEL, 1967). Estes são livres para escolher a profissão que mais se adapte às suas habilidades e destrezas naturais. Por isso, a liberdade de escolha é considerada por Hegel como condição necessária para o desenvolvimento e a

² Ver especialmente parágrafo 187.

efetuação da liberdade³. De fato, é essa liberdade que assegura ao indivíduo o direito de escolher o "estado social" (grupo social) do qual pretende ser membro⁴ (HEGEL, 1967). Daí porque o mercado e suas instituições privadas (as corporações profissionais, por exemplo) são vistos por ele como momentos constitutivos da **verdadeira liberdade**⁵.

O mercado é assim considerado, seja pela EPC, seja pelo pensamento de um dos maiores expoentes da filosofia moderna, um momento no processo de construção da liberdade. E o é porque o consideram o lugar a partir do qual e pelo qual o homem ascende à condição de cidadão do mundo. Nesse sentido, o pensamento moderno é um pensamento sobre o homem universal, o homem cosmopolita.

2 - *Globalização: um pensamento pragmático*

Esse pensamento é hoje considerado coisa do passado. Para os teóricos da globalização, a economia e a filosofia, que falavam da emergência do homem como cidadão do mundo, não têm mais o que dizer. Será? Quais são as novas exigências do presente que levaram à superação do pensamento de Smith, Ricardo, Hegel, entre outros? - A economia se globalizou, - seria a resposta. Mas, que é a globalização? É uma forma de socialização planetária, na qual nenhum país, região ou indivíduo pode viver às suas margens. É uma forma de socialização, diriam, em que o homem pode, sem

³ Para Hegel, o mercado é uma instituição imprescindível na vida humana. E o é porque ele é o lugar onde a particularidade exerce seu direito de liberdade. Ou como ele diz: "... o direito da particularidade do sujeito de prover sua satisfação, ou, o que é o mesmo, o direito da liberdade subjetiva constitui o ponto crítico e central que marca a diferença entre os tempos modernos e a antigüidade" (1967, p.84).

⁴ Ver especialmente parágrafo 201.

⁵ Essa universalidade é, contudo, ainda contingente. De fato, a universalidade produzida pela vida econômica é apenas um meio de que se servem as vontades particulares para atender os seus fins egoístas. Por isso, a vontade precisa construir outras instâncias sociais para que a universalidade possa de fato se efetivar e, assim, realizar concretamente a verdadeira liberdade. Essa instância, como se sabe, é o Estado.

Estudos de Sociologia

sair de casa, ter acesso a tudo o que o mundo produz: bens materiais, cultura, informação etc. Mas, qual é a grande novidade de tudo isso, se, em 1683, dizia-se que

a ligação dos povos entre si se estende a tal ponto sobre o globo terrestre que quase se pode dizer que o mundo inteiro se tornou uma única cidade onde se celebra uma perpétua feira de todas as mercadorias e em que qualquer pessoa, mediante dinheiro em sua casa, pode se suprir e desfrutar tudo o que produzem a terra, os animais e o esforço humano. Uma invenção maravilhosa. (MONTANARI.1683, apud MARX,1982, p.110)

Talvez essa não seja a resposta mais adequada. Seria melhor defender a idéia de que a novidade da época contemporânea não é o fato de o consumidor ter uma visão do mundo inteiro como um grande mercado. Portanto, a novidade só pode residir em outras determinações. Quais? - a existência de um mercado mundial de dinheiro. Será? Novamente é preciso duvidar. Principalmente se se considerar que no século XIX esse mercado já era uma realidade, conforme testemunha Marx:

Com o mesmo ouro, que chega à Inglaterra sob a forma de "eagles americanas", e aí se converte em soberano, três dias depois circula em Paris como napoleões, e ao cabo de algumas semanas encontra-se sob a forma de ducados em Veneza (...), fica claro ao possuidor de mercadorias que a nacionalidade is *but the guinea 's stamp*. A idéia sublime que o possuidor de mercadorias tem do mundo inteiro é a idéia de um mercado - do mercado mundial. (MONTANARI apud MARX, 1982, p.110)

É; tudo indica que a novidade dos novos tempos não reside na existência de um mercado mundial do dinheiro; mas é preciso continuar questionando. Que tal então perguntar se essa novidade

não está no reconhecimento de que o mercado é o único caminho capaz de integrar todas as economias no processo de globalização e, assim, assegurar o crescimento da riqueza e a prosperidade social. Ora, mas era justamente isso que diziam Adam Smith, Ricardo e Hegel. Como os teóricos da globalização, os da universalidade acreditavam que, sem mercado, era a própria liberdade que estaria ameaçada.

Segue-se daí que não existem diferenças substanciais entre o que afirmam os teóricos da globalização e os da universalidade. Mas, por que os primeiros insistem tanto em defender a globalização como expressão de uma nova forma de sociedade, que não guarda mais nenhuma relação com aquela em que viveram os teóricos da universalidade?

À primeira vista a resposta parece muito simples: esses dois discursos respondem a exigências históricas diferentes. O da universalidade emerge com a pretensão não só de explicar a realidade de sua época, mas, acima de tudo, julgá-la e, assim, antecipar teoricamente um horizonte possível para uma práxis transformadora do mundo de então. Esse pensamento é portanto normativo, pois nasce como razão crítica de sua época.

É bem diferente o que se passa com o discurso da globalização. Este não pretende mais transformar o mundo. Seu interesse é ensinar as pessoas a se adaptar ao existente e aceitar seus valores e representações como evidências inquestionáveis de um mundo que não tem mais futuro. Trata-se, portanto, de um pensamento pragmático, que se agarra à faticidade do mundo existente, para elevá-la à condição única de toda e qualquer práxis humana.

É a partir daí que se pode entender a insistência dos teóricos da globalização em negar o discurso de seus predecessores: os teóricos da universalidade. Mas é preciso qualificar melhor tudo isso.

Numa primeira aproximação, tal rejeição poderia ser explicada pelo fato de que, para os teóricos da globalização, o que está em jogo não é mais a construção de um novo mundo, mas, sim, a

Estudos de Sociologia

aceitação do presente. Não há mais o que construir; mas, sim, operacionalizar, organizar, administrar. Contra uma forma normativa de pensar, opõe-se o pensamento pragmático, que aceita o fato como medida do agir e do pensar. No lugar de um pensamento capaz de apreender a lógica do sistema e seus fundamentos, surge o pensamento interessado, que faz das estatísticas da vida cotidiana e dos negócios, seu único objeto de reflexão. E mais: contra a concepção do Estado como instituição universal, exalta-se e busca-se fragmentar e privatizar as funções públicas, ao mesmo tempo em que também se louva a erosão da ordem constitucional universal e geral, que se vê questionada pela emergência de uma hierarquia de poderes micrológicos, estabelecidos pelas grandes corporações, organizações, companhias, sindicatos, corporações profissionais etc. Contra a concepção de Estado autônomo e regulador, aceita-se sua submissão à irracionalidade dos mercados financeiros, que obriga os estados-nações a leiloar o patrimônio público em troca de alguns investimentos. A economia deixa de ser vista como uma dimensão mediadora para a construção de uma vida ética e passa a ser reinterpretada como o reino do consumo, do prazer, do dinheiro.

Contra essa forma interessada de pensar, o pensamento clássico ou iluminista tinha como objeto central de sua investigação a questão da emancipação do homem. Seus teóricos julgavam que o mundo poderia ser controlado e organizado racionalmente, de modo que aquele objetivo se pudesse realizar. Todos os representantes desse projeto, Hobbes, Locke, Rosseau, Smith, Ricardo, Kant, Hegel, para falar apenas de alguns, acreditavam que poderiam fornecer os meios para a realização daquele projeto: uma teoria que apreendesse e representasse as exigências da razão de seu tempo. Trata-se, portanto, de um pensamento normativo, na medida em que ele estabelece uma ponte entre o contexto histórico em que nasce e a sociedade futura que despontava, que começava a nascer.

E assim, por exemplo, que Kant responde a questão sobre o que é o esclarecimento. Realmente, esse pensador via sua época

como aquela que ainda não tinha alcançado a modernidade, a idade da razão ou da maioridade. Entretanto, para ele, como para todos os teóricos da modernidade, o homem é um ser de razão e, por isto mesmo, é potencialmente capaz de conquistar sua liberdade, isto é, de construir um mundo no qual ele se sinta senhor do seu próprio destino. Daí a sua resposta otimista à questão "**que é esclarecimento?**", que ele mesmo formula e responde nos seguintes termos:

se for feita então a pergunta: 'vivemos agora em uma época esclarecida [*Aufgeklärte*]?', a resposta será: não, vivemos uma época de esclarecimento [*Aufklärung*]. Falta ainda muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa sejam capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral ou à saída deles, homens, de sua minoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto, essa época é a época do esclarecimento ou o século de Frederico.(KANT,1985, p.112) (grifos nossos)

A **Ciência Política Moderna**, assim como Kant, trabalha na mesma perspectiva. Com a diferença de que o caráter normativo dessa ciência é fundamentalmente instrumental, na medida em que sua preocupação central é conhecer o mundo para controlá-lo e regular seus eventos futuros. De fato, o contexto histórico do qual emerge essa ciência é de um mundo em que o homem começa a se desligar de toda e qualquer determinação exterior à sua vontade, para tomar a razão como guia de suas ações interventoras na realidade. As exigências históricas dessa época eram as de uma

Estudos de Sociologia

sociedade mercantil emergente, que transformava, progressivamente, o homem num indivíduo que tinha a si mesmo como medida do seu pensar e agir, pois se tratava de um indivíduo produtor de mercadorias. Enquanto tal, cada indivíduo passava a ver o outro unicamente como meio para a realização de seus fins particulares, uma vez que a mercadoria é produzida para obter outras mediante a troca. Numa sociedade assim constituída, era inevitável a pergunta pelas condições que tornam possível uma vida comunitária, uma vida social.

Partindo desse contexto histórico, Hobbes e Locke, por exemplo, imaginam um estado de vida pré-político, pré-social, a partir do qual podem pensar e legitimar, no plano teórico, a necessidade de criação de uma instância política, que seja capaz de estabelecer normas e leis universais, de tal sorte que torne possível a vida comunitária. Neste sentido, o conceito de estado de natureza, que esses teóricos do contrato social constróem, é muito mais do que uma simples ficção teórica. Trata-se de um *constructum* teórico idealizado, a partir do qual eles lêem e julgam a sociedade do seu tempo, para então mostrar os meios de que os homens devem lançar mão para alcançar a liberdade, uma vida partilhada socialmente. Entre o presente e o futuro se estende uma ponte: passagem necessária para construir uma vida racional.

A EPC não foge à regra. Essa ciência se arma do mesmo recurso metodológico que a Ciência Política Moderna. Adam Smith, por exemplo, constrói sua teoria do valor partindo de um estado hipotético, habitado por caçadores, que permutam entre si os diferentes produtos do seu trabalho. Nesse estado de natureza, não há escassez, e as proporções de troca entre os diferentes produtores são estabelecidas livremente, garantindo assim a satisfação plena das necessidades da sociedade. Acontece que na sociedade em que Smith vivia, as práticas mercantilistas e os resquícios de relações feudais de produção atravancavam o livre jogo das forças de mercado, impedindo o crescimento e a prosperidade da riqueza das nações. Portanto, se a sociedade quiser prosperar terá que imitar aquele "estado passado", em que as leis de mercado garantiam

o pleno abastecimento da sociedade. Portanto, o estado de natureza é uma construção teórica que permite a Smith julgar sua época, para então antecipar, no plano teórico, como deveria ser a sociedade futura, que começava a se desenhar.

Não é diferente o que se passa com Hegel. Sua *Filosofia do Direito* é um exemplo disto. Nesta obra, partindo do Estado produzido pela experiência histórica de sua época, Hegel apreende o novo que estava nascendo. Como esclarece Rosenfield, Hegel tem em mente um Estado que,

...produzindo-se através da experiência revolucionária e pós-revolucionária, é historicamente novo e o ato de aprendê-lo conceitualmente vem a ser um ato que o põe segundo sua verdade, isto é, seguindo o que ele não é ainda, mas que de uma certa forma já o é também. (ROSENFELD, 1983, p.233)

Segue-se de tudo isso que o projeto iluminista de saber tem como preocupação central a questão da emancipação da humanidade. Um pensamento que nasce para fornecer os meios pelos quais os homens deverão construir um projeto global de sociedade. Portanto, trata-se de um pensamento normativo. Enquanto tal, tem que apreender o mundo como totalidade, o que implica a construção de uma metateoria, isto é, de uma linguagem universalizante que articule todas as dimensões da vida humana. Por conseguinte não pode ser um pensamento relativista, voltado para apreender aspectos parciais da realidade. O que está em jogo é a construção de um novo projeto de mundo.

E muito diferente o que se passa com o pensamento sobre a globalização. Para este pensamento, o que importa não é mais a construção de um mundo novo diferente do existente. O futuro fez-se presente; portanto, não há mais espaço para a história. Esta pode dar-se por concluída e esta conclusão traduz-se na globalização do mundo. Portanto, o que está em jogo hoje é a aceitação do existente, do que é e não do que deve ser. Neste sentido, o

Estudos de Sociologia

pensamento contemporâneo é um pensamento pragmático, não mais normativo. Por isso, considera-se o pensamento clássico como coisa superada. Superada porque o que move a teoria não é mais ensinar a humanidade a buscar o novo, mas a aceitar a faticidade dos novos tempos, como imperativos de uma época que não tem mais futuro.

Mas essa não é a única resposta possível para o que se considera hoje o pensamento iluminista coisa do passado. Outra razão é o fato de que esse pensamento incorpora em sua estrutura teórica a luta de classes. E o que acontece com a EPC, que toma a luta de classes como a categoria central para se pensar a distribuição da riqueza social. No que concerne à determinação dos salários, Smith não deixa nenhuma dúvida sobre isso. Essa determinação, diz ele,

depende do contrato normalmente feito entre as duas partes, cujos interesses, aliás, de forma alguma são os mesmos. Os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se entre si para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los. (SMITH, 1985, p.92)

Conclui-se daí que não é

...difícil prever qual das duas partes, normalmente, leva vantagem na disputa e no poder de forçar a outra a concordar com as suas próprias cláusulas. Os patrões, por serem menos numerosos, podem associar-se com maior facilidade; além disso, a lei autoriza ou pelo menos não os proíbe, ao passo que para aos trabalhadores ela proíbe. Não há leis no Parlamento que proíbam combinar uma redução dos salários; muitas são, porém, as leis do Parlamento que proíbem as associações para aumentar salários. (p.92)

Independentemente das leis promulgadas pelo Parlamento, a luta de classes, no que concerne à determinação do nível salarial, é, em geral, favorável à classe capitalista, pois esta tem capacidade para suportar as conseqüências de uma interrupção, por exemplo, na produção, por conta de uma greve. É o que diz Smith, ao concluir seu raciocínio:

Um proprietário rural, um agricultor ou um comerciante, mesmo sem empregar um trabalhador sequer, conseguiriam geralmente viver um ano ou dois com o patrimônio que já puderam acumular. Ao contrário, muitos trabalhadores não conseguem subsistir uma semana, poucos conseguiria subsistir um mês e dificilmente algum conseguiriam subsistir um ano. A longo prazo, o trabalhador pode ser tão necessário ao seu patrão, quanto este o é para o trabalhador; porém esta necessidade não é tão imediata. (SMITH, 1985, p.93)

Nisto reside o mérito de Adam Smith. Apesar das incoerências em que se move seu pensamento, ele foi capaz de descobrir a contradição econômica entre as classes. E o foi porque toma as formas aparentes da riqueza capitalista (salário, lucro, juro e renda da terra) e as reduz ao seu fundamento: a determinação do valor pelo tempo de trabalho.

Esse ponto de vista é partilhado por Ricardo. Partindo da determinação do valor pelo tempo de trabalho, seu método de pesquisa procura descobrir os nexos orgânicos internos do sistema capitalista. Sua tarefa, como a de Smith, era descobrir o fundamento das relações aparentes do sistema; investigar como essas formas aparentes de riqueza correspondem e se relacionam com o fundamento sobre o qual repousam; ou seja descobrir como se imbrica e se determina o movimento aparente da riqueza com o movimento real do sistema, isto é, não visível, não imediato. Assim, seu método leva-o a revelar a estrutura interna do sistema e assim as classes sociais sobre as quais se fundam as determinações da

produção e da distribuição da riqueza social. Investigar as leis que regem os salários e os lucros é a preocupação central de Ricardo, que ele adianta já no prefácio de sua obra. Em suas próprias palavras:

O produto da terra - tudo o que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital - se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. (RICARDO, 1985, p.39)

Partindo daí, Ricardo tem consciência de que as leis que regulam a distribuição da riqueza social devem ser

a principal questão da Economia Política: embora esta ciência tenha progredido muito com as obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles trouxeram muito pouco informações satisfatórias a respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário. (1985, p.39)

Essa censura de Ricardo, no caso de Smith, deve-se ao fato de que este último, depois de ter definido,

com tanta exatidão a fonte original do valor de troca, e que coerentemente teve que sustentar que todas as coisas tornam-se mais ou menos valiosas na proporção do trabalho empregado para produzi-las, estabeleceu também uma outra medida-padrão de valor... (1985, p.44-5)

Smith teria assim introduzido duas medidas para mensurar o valor dos bens. Ora ele diz que o valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria (trabalho contido), ora que o valor depende ou é igual a certa quantidade de trabalho que uma dada mercadoria pode comandar ou adquirir (trabalho comandado). Nessas circunstâncias, Smith trabalha com dois

conceitos de valor, o que é uma flagrante contradição, como assim reconhece Ricardo. Por isso, a teoria de Smith, como denuncia Ricardo, pouco contribui para elucidar a questão da distribuição da riqueza social.

Quanto aos outros autores citados por Ricardo, Say, principalmente, é o que menos contribui para elucidar as leis que regulam a distribuição da riqueza social. Isso porque o autor toma as formas aparentes do sistema como seu fundamento, obliterando, assim, a real compreensão da relação entre aparência e essência das leis econômicas. O método de Ricardo, como foi visto acima, procura penetrar na fisiologia interna do sistema, para descobrir até que ponto as formas aparentes de riqueza (salário, lucro, renda da terra e juro) correspondem ao seu fundamento (o tempo de trabalho como medida do valor) sobre o qual repousam ou o contradizem.

Daí a razão por que Ricardo é denunciado como pai do comunismo. Nesse sentido, H. C. Carey não poupa críticas a Ricardo, para quem seu sistema "...é de discórdia (...), tende a produzir hostilidade entre classes e nações (...). Sua obra é o verdadeiro manual do demagogo que procura poder por meio do agrarismo, da guerra e da pilhagem (CAREY apud MARX, 1980, p.599)".

Não é esse o mundo dos teóricos da globalização. Suas teorias vendem a idéia de um novo mundo onde não há mais espaço para a luta de classes. O tempo em que trabalhadores e capitalistas se viam como inimigos, com interesses divergentes, ficou para trás. Como diz Peter Drucker, hoje,

o fator de produção mais importante não é o capital, a terra ou a mão-de-obra. É conhecimento. Ao invés de capitalistas e proletários, as classes da sociedade pós-capitalista são os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços. (DRUCKER, 1985, p.xv)

É nessa direção que trabalham os idealizadores dos programas de qualidade total, para quem

as tecnologias avançadas, a derrubada das fronteiras entre os mercados nacionais e as expectativas alteradas dos clientes, que contam agora com mais alternativas do que em qualquer época anterior, combinaram-se para tornar as metas, os métodos e os princípios organizacionais básicos da clássica corporação tristemente obsoletos. A recuperação de sua capacidade competitiva não é uma questão de fazer com que seu pessoal trabalhe mais arduamente, mas fazer com que aprenda a trabalhar de uma forma diferente. Ou seja, as empresas e seus empregados precisam desaprender muitos dos princípios e das técnicas responsáveis, por tanto tempo, pelo seu sucesso. (HAMMER & CHAMPY, 1994, p.35)

Mas, que significa dizer que as empresas e os trabalhadores precisam desaprender os princípios e as técnicas que organizavam a produção? Com a resposta a Nissan, uma empresa de capital japonês que, em 1986, abria sua subsidiária na Inglaterra. A campanha publicitária de lançamento de seu produto no mercado trazia como tema o anúncio do fim de uma época e o despertar de um novo mundo, onde, agora, empresa e trabalhadores devem dar as mãos para, juntos, fabricarem os melhores produtos e assim vendê-los pelos preços mais moderados possíveis. Literalmente, a campanha dizia:

Aqui se tem uma fábrica onde administradores e trabalhadores igualmente vestem casacos brancos e dividem a mesma cantina, onde administradores e trabalhadores são igualmente jovens (...), uma companhia onde nunca houve greve, onde os sindicatos não são proibidos, mas são desnecessários porque os trabalhadores desfrutam de boas condições e se identificam com os objetivos da companhia. É uma fábrica da nova era, da nova tecnologia, do novo consenso. É uma fábrica que está anos luz dis-

tante da militância dos trabalhadores da indústria automobilística da década de setenta. (HOLLOWAY, 1987)

Esse é o conteúdo do pensamento contemporâneo sobre a globalização. Um pensamento que procura ensinar que as relações antagônicas entre capital e trabalho estão sendo substituídas por relações de cooperação e amizade entre parceiros. A concorrência foi substituída pela parceria; onde havia o monopólio e o segredo da produção se põe a troca; onde havia intrigas, surge a colaboração.

Compreende-se, assim, porque o pensamento sobre a universalidade deve ser esquecido. Considera-se um pensamento superado, principalmente a EPC, pois trata-se de um pensamento que incorpora, no seu interior, as contradições de uma sociedade de classes, de uma sociedade fundada na exploração. Esse tipo de saber se choca diretamente com a concepção vigente de globalização, que vende a imagem de um mundo de harmonia e de cooperação. De um mundo que deixou para trás a luta de classes e a exploração.

Com isso se pode dar por encerrada a apresentação das razões pelas quais se procura negar o discurso dos teóricos da universalidade. Mas é preciso ir além desse mero confronto. Sem isto, pode-se cair numa discussão vazia, no sentido de que a oposição de idéias, sem o concurso de sua legitimação, não passa de um mero jogo de opiniões. Portanto, é preciso demonstrar duas coisas pressupostas nesta discussão: [1] que a luta de classes não é somente um pressuposto teórico, mas, também real; [2] que a globalização, como novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, não é outra coisa senão o desenvolvimento das determinações essenciais do mercado. Por conseguinte, o que os teóricos da universalidade apreenderam conceitualmente tornou-se realidade efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que os teóricos da EPC realizaram um verdadeiro trabalho filosófico, pois foram capazes de antecipar teoricamente a globalização que, na sua época, ainda não tinha existência histórica plena; estava em processo de devir, de desenvolvimento.

Estudos de Sociologia

Infelizmente, a EPC e a filosofia não podem fornecer a prova dessa demonstração. No que concerne à EPC, esta não pode demonstrar as leis internas do desenvolvimento do mercado, sua evolução. Esta ciência toma o mercado como algo dado, externo. E o que diz Smith, para quem a divisão social do trabalho é limitada pela extensão do mercado. Este é o limite que determina o crescimento da riqueza de uma nação. Em suas próprias palavras,

Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve ser sempre limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão de mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa o consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade.(SMITH, 1985, P-53)

Duas razões impedem Smith, assim como todos os teóricos da EPC, de apreender o mercado como um processo que tem em si mesmo a origem de seu auto-desenvolvimento: [1] sua concepção sobre a divisão do trabalho e [2] a ausência da categoria capital.

Ao considerar o homem um animal que, por natureza, faz troca, Smith limita a divisão do trabalho às potencialidades inatas que cada indivíduo carrega dentro de si. A extensão dessa divisão dependerá do aprimoramento dessas potencialidades que, por sua vez, são limitadas pelo tamanho do mercado. Cria-se, assim, um círculo de ferro: a divisão social do trabalho não pode desenvolver-se na ausência do mercado e este não pode expandir-se porque não há aprimoramento das potencialidades inatas dos indivíduos.

Smith herda essa concepção antropológica da divisão do trabalho de Locke. Para este pensador da ciência política moderna,

o mercado surge em decorrência da incapacidade natural de cada indivíduo bastar-se a si próprio, isto é, de satisfazer unilateralmente todas suas necessidades. Para superar essa incapacidade, os indivíduos vêm-se obrigados a permutar o excedente de sua produção com os outros indivíduos. O volume e a extensão dessa troca dependem da capacidade de trabalho de cada um, uma vez que, para Locke, a propriedade, o que cada um possui e deseja permutar, é resultado do trabalho pessoal. Portanto, o mercado tem uma dimensão antropológica que limita sua extensão e desenvolvimento.

Não é muito diferente o que se passa com Hegel. Embora faça do mercado uma dimensão fundamental na constituição da sociabilidade, para ele, assim como o é para Smith e Locke, o crescimento da riqueza de cada um depende, em grande parte, de suas qualidades e aptidões naturais. Nos parágrafos 199 e 200 da *Filosofia do Direito*, Hegel argumenta que a participação dos indivíduos na riqueza social depende não só de sua educação e qualificação mas, também, de circunstâncias acidentais, cuja multiplicidade introduz diferenças no desenvolvimento das características naturais, corporais e espirituais de cada indivíduo⁶. Tais diferenças são a razão das disparidades individuais da riqueza e habilidades pessoais. Entretanto, sejam quais forem tais circunstâncias e suas conseqüentes diferenças produzidas no indivíduo, a riqueza social é dada, é um fator externo. Como essa riqueza cresce e se desenvolve é algo que Hegel não tem como fundamentar, legitimar.

⁶ "A particular man 's resources, or in other words his opportunity of sharing in the general resources, are conditioned, however, partly by his own unearned principal (his capital), and partly by his skill; this in turn is itself dependent not only on his capital, but also on accidental circumstances whose multiplicity introduces differences in development of natural, bodily, and mental characteristics , which were already in themselves dissimilar. In this sphere of particularity, these differences are conspicuous in every direction and on every level, and, together with the arbitrariness and accident which this sphere contains as well, they have as their". (HEGEL, 1967, p. 130)

Conclui-se, assim, que a EPC e a filosofia não têm como apreender o mercado enquanto mecanismo que tem em si mesmo a força de seu auto-desenvolvimento. Diante disso, como se explica a evolução do mercado como processo que, se automovimentando, resulta na sua universalização ou mundialização? Marx dá a solução para esse impasse. Sua teoria permite compreender o mercado como movimento. Nele, pode-se entender como o desenvolvimento da divisão do trabalho cria um mercado para a expansão da produção. É o capitalismo que, ao se desenvolver, cria seus próprios mercados internos e necessários à realização do valor.

Globalização, mercado e luta de classes

1 - A natureza cosmopolita do mercado

A sociedade capitalista se caracteriza por um imenso e renovado fluxo de mercadorias, por uma circulação de coisas que assume a forma de um movimento em espiral de compras e vendas, que recomeça todos os dias e em todos lugares. Esse movimento cíclico que parte sempre do mesmo ponto - vender para comprar e comprar para vender - aparece na comercialização, ou dos mesmos produtos renascidos pela produção ou de novos exemplares de mercadorias que surgem para atender às novas necessidades criadas por aquele movimento mesmo.

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro - que o usa somente com a finalidade de fazê-lo circular naquele circuito espiralado de compras e vendas de mercadorias, num processo ininterrupto de metamorfoses em que o dinheiro se transforma em mercadorias e estas em mais dinheiro para se converter novamente em mais mercadorias e assim por diante - torna-se capitalista. Ele, o capitalista, tem que assim realizar um verdadeiro trabalho de Sísifo: compra mercadorias para com elas produzir novas mercadorias para vendê-las no mercado e novamente voltar a comprar para repetir, *ad infinitum*, a mesma operação. Só por meio e através desse movimento circular ele consegue valorizar

seu dinheiro, isto é, fazer com que ele gere mais dinheiro. Nesse sentido, seu dinheiro se transforma em capital ou, como diria Marx, *money which begets money*.

A primeira vista, esse movimento, que percorre o dinheiro desde o momento em que ele foi adiantado para comprar mercadorias e com elas produzir novas mercadorias para em seguida serem vendidas no mercado, e assim recuperar o que se gastou inicialmente nessa operação, **é um movimento intermitente, descontínuo**. Como assim? É bastante situar-se do ponto de vista subjetivo do capitalista, para que tudo se esclareça. Com efeito, quando um capitalista qualquer adianta uma dada soma de dinheiro para comprar mercadorias com a finalidade de produzir novos exemplares de espécies diferentes das que ele havia adquirido inicialmente, seu dinheiro foi transformado em força de trabalho, máquinas, matérias-primas etc. Seu movimento cíclico é então interrompido, até que novas mercadorias sejam produzidas e possam se dirigir ao mercado. Aqui, algum tempo é decorrido até que as mercadorias sejam vendidas e assim ele, o capitalista, possa recuperar seu dinheiro para iniciar um novo ciclo.

Mas, *time is money*. Quanto mais demora houver no retorno do dinheiro às mãos do capitalista, mais demorado é o processo de valorização do seu dinheiro, mais tempo ele leva para fazer com que seu dinheiro gere mais dinheiro. **Para que perder tempo comprando mercadorias para com elas produzir novas mercadorias? Não seria melhor comprar mercadorias já prontas para revendê-las?** Certamente, assim poderia pensar o capitalista, que adiantou seu bom dinheiro, arriscando-se, inclusive, a não recebê-lo de volta. Que pena que ele não possa fazer isso! Se todos os seus irmãos capitalistas fizerem o que ele pretende, não haverá mercadorias prontas para todos ganharem dinheiro simplesmente comprando para revender. Dinheiro ele não pode comer. Portanto, para que seja possível a circulação, a comercialização de mercadorias, alguém tem que produzir, o que obriga que uma parte da classe capitalista se dedique à circulação, enquanto outra parte se volta para a produção. Nesse sentido, a

Estudos de Sociologia

circulação só existe na medida em que a produção é mantida. Portanto, a circulação, considerada em si mesma, é intermediação entre extremos, que lhes são pressupostos. (MARX, 1972)

Essa unidade entre produção e circulação inclui como terceiro momento o do consumo. Produção, circulação e consumo formam um todo organicamente articulado, e se autodeterminam reciprocamente. Com efeito, no que diz respeito à produção e ao consumo, Marx esclarece que

a produção engendra (...) o consumo: 1 - fornecendo-lhe o material; 2 - determinando o modo de consumo; 3 - gerando no consumidor a necessidade dos produtos que, de início, foram postos por ela como objeto. Produz, pois, o objeto de consumo, o impulso do consumo. De igual modo, o consumo engendra a disposição do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinada. (MARX, 1982, p.9)

Entende-se, assim, que o processo de trabalho é marcado por um movimento circular e recorrente. Trata-se de uma exigência ontológica, no sentido de que

uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução. (MARX, 1985, p.153)

No modo de produção capitalista, essa renovação permanente da produção tem seu fundamento na própria natureza do processo de acumulação de capital. Aquele movimento intermitente, de onde parte Marx, para investigar o processo de valorização do valor, se transforma num movimento contínuo e ininterrupto, em que o fim de um ciclo de valorização é ponto de partida para um outro. O capitalista, ao investir seu dinheiro para produzir mercadorias, o

faz não por amor ao que produz, mas, sim, movido pelo desejo de obter lucro com a venda da produção. É obrigado a se comportar dessa maneira, pois se não o fizer não poderá recuperar seu dinheiro para investi-lo novamente. Realmente, se ele usar seu dinheiro, resultante das vendas das mercadorias, para adquirir coisas unicamente para consumir, cedo descobrirá que não terá mais recursos para voltar ao mercado. Se usá-lo unicamente com o objetivo de produzir mercadorias, cujo valor seja igual ao que adiantou sob a forma de salário, seus concorrentes tomarão sua fatia de mercado. De mais a mais, se ele agir movido por tal sentimento, seu dinheiro esterilizar-se-á; não se valorizará e, assim, não poderá voltar ao mercado para comprar meios de produção e força de trabalho para reiniciar o processo de produção de novas mercadorias. A realidade lhe impõe a necessidade de descobrir que o processo de produção é unidade entre processo de trabalho e processo de valorização, de expansão do capital. Portanto, para se manter no mercado, e na condição de capitalista, precisa expandir seu capital, o que só consegue se seu dinheiro não parar de circular. Por isso é que todo processo de valorização é processo de acumulação, de expansão do capital.

Nesse seu movimento ininterrupto, o capital acaba por internalizar à sua lógica de reprodução e de expansão contínua tudo o que lhe é exterior. Se, na sua infância, o capital, para se afirmar como relação social dominante, exigiu a separação dos trabalhadores de seus meios de produção, como condição para seu desenvolvimento, com o tempo essa separação torna-se interior ao processo de valorização que a produz e a reproduz continuamente. Com efeito, ao pagar os salários da classe trabalhadora, esta os utiliza para comprar os bens necessários a sua sobrevivência. Mas, após consumir os bens que adquiriu com seus salários, os trabalhadores ficam com as mãos e os bolsos vazios. São obrigados a vender de novo sua força de trabalho ao capital. Tornam-se, assim, dependentes do capital.

Portanto, é o capital que cria e recria o próprio trabalhador. Ele se torna, assim, sujeito desse processo; nada lhe é externo. Os

indivíduos, sejam capitalistas ou trabalhadores, tornam-se, por isso, mera personificação da vontade do capital.

É a partir daí que se pode entender que é o capital que cria seu próprio mercado. Ao transformar a força de trabalho numa mercadoria, os salários pagos aos trabalhadores se convertem numa fonte de realização de parte da mais-valia produzida. Cria-se, assim, um mercado para a venda de uma parte das mercadorias produzidas. Esse mercado se expande à medida que cresce a classe trabalhadora.

O tamanho do mercado não se resume unicamente à capacidade do poder de compra da classe trabalhadora. As compras realizadas pelos capitalistas na aquisição de máquinas, equipamentos, instalações, matérias-primas etc, formam um grande mercado, maior e mais dinâmico do que aquele formado pelos salários. Quanto mais se desenvolvem e se revolucionam as condições técnico-materiais da produção, maior se torna o mercado. Seu crescimento é determinado unicamente pelo capital; não é, portanto, limitado pela divisão do trabalho. Aliás, a divisão do trabalho, à medida que se expande e se complexifica, cria o mercado necessário para a realização do valor-capital.

Isso pode ser entendido a partir do conceito de capital industrial, isto é, do capital pensado como totalidade; como unidade de diferentes formas de existência, o capital, nos estágios da circulação,

assume duas formas, a do capital-dinheiro e a do capital-mercadoria; no estágio de produção, a forma de capital produtivo. O capital que no decurso do seu ciclo ora assume ora abandona essas *formas, executando através* de cada uma delas a função correspondente, é o capital industrial (...), no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista. (MARX, 1985, p.53)

Em cada uma dessas formas, o valor-capital preenche uma função específica, que corresponde às necessidades de cada uma

delas. Assim, na forma de capital-dinheiro, o valor adiantado precisa se converter em força de trabalho e meios de produção. Realizada essa conversão, o valor-adiantado é consumido no processo produtivo e, assim, transformado em novas mercadorias, que se destinam ao mercado. Nesta fase, o valor-capital assume a forma de capital-mercadoria: é a fase de realização do valor que foi valorizado no processo produtivo.

Como cada uma dessas formas consome tempo para realizar sua função correspondente, elas se tornam espécies autônomas de capital e passam a funcionar como ramos específicos, separados uns dos outros. Com isto, cada capitalista, considerado individualmente, economiza capital na medida em que pode concentrar-se em cada forma específica e, assim, evitar perda de tempo, esperando que cada forma exerça sua função própria. Mais do que isso, cada um desses ramos, tornados autônomos, funciona como mercados uns para os outros. Isso pode ser apresentado mais ou menos assim: os salários dos trabalhadores, empregados pelo sistema, formam o mercado consumidor para aqueles capitalistas que se especializaram na produção de bens de consumo. Esses capitalistas, para produzirem seus bens, precisam comprar máquinas, equipamentos, matérias-primas etc, que são produzidos por outro grupo de capitalistas. Assim, este grupo encontra mercado para vender suas mercadorias nas compras realizadas por seus consortes, que precisam comprar máquinas e outros meios de produção para produzirem mercadorias para o consumo. Resultado: os capitalistas que produzem bens de consumo têm seu mercado garantido pelas compras efetuadas pelos trabalhadores e capitalistas, em geral. Os que produzem mercadorias (máquinas, equipamentos, etc), para produzir outras mercadorias, encontram seu mercado nas compras que seus consortes realizam para produzir os bens destinados ao consumo.

Vê-se, então, que o capital cria seu próprio mercado, que se expande e se desenvolve à medida que os capitalistas investem seus capitais para ampliar seus negócios. É o capital que, mediante a sua própria dialética interna, cria o mercado necessário à realização

da produção. Portanto, o mercado contém, em si, o princípio de seu auto-desenvolvimento.

Porque tem, em si, a lei interna de seu movimento, o mercado pode desenvolver-se até tornar-se uma instituição mundial e, assim, transformar o mundo numa grande comunidade produtora de mercadorias, fora da qual ninguém mais pode viver. É então que o capitalismo alcança seu estágio global de desenvolvimento. O mundo entra na fase da globalização, que nada mais é do que resultado do próprio movimento dialético interno do mercado que, ao desenvolver-se, converte tudo que há em mercadorias.

Mas isso tudo não constitui nenhuma novidade, se se considerar que o capitalismo já nasce como um sistema mundial. É verdade. Mas há uma grande diferença entre a fase dos mercados internacionais e a da globalização. Na primeira fase, o capital ainda tem que trabalhar para internalizar os mercados à sua lógica de produção e de reprodução. Vale dizer, trata-se ainda de uma fase de criação de mercados. Na globalização as coisas são diferentes. O mundo todo já se tornou uma grande comunidade produtora de mercadorias. Não há mais áreas virgens a serem exploradas ou convertidas em produtoras de mercadorias. Portanto, o que está em jogo nesta fase não é mais a criação de mercados e sua incorporação às malhas da divisão social capitalista da produção⁷. O que está em jogo é a racionalização desses mercados, no sentido de potencializar a produção e a apropriação da mais-valia. Tudo indica que é nesse sentido que Mézáros entende o estágio atual do capitalismo: como uma fase que marca o esgotamento do seu desenvolvimento histórico (MÉSZÁROS, 1997).

Nesse novo contexto, o capital passa a exigir uma reposição da divisão do trabalho, em novas bases e de forma radicalmente

⁷ A prova disto são os investimentos diretos no exterior. Na década de 80, mais de 2/3 destes investimentos foram realizados sob forma de fusões, que não exige mais do que uma simples redistribuição dos mercados existentes. Tem sido esta forma de investimento a estratégia dos oligopólios no mercado mundial. Trata-se de uma estratégia, como diz Chesnais, muito mais de manutenção "... de posições adquiridas do que de ampliação de mercados. "A operação de aquisição/fusão surge da centralização do capital e não presuppõe nenhum aumento positivo do capital social" (CHESNAIS, 1997, p. 29).

distinta daquela que teve lugar na história do desenvolvimento do capitalismo. Como assim? Se, na época de Marx, o capital teve que quebrar a unidade entre as diferentes formas de valor e transformá-las, como foi visto antes, em ramos autônomos e independentes, que passaram a existir separados uns dos outros, hoje essa unidade é recomposta pelo próprio capital, como condição necessária para se globalizar, para transformar o mundo numa grande feira comercial. Vale dizer, o capital teve que reunificar, numa mesma unidade de produção, o que fora separado pela divisão do trabalho e petrificado em uma atividade particular. Assim, uma mesma empresa opera em todos os ramos de produção a um só tempo, o que lhe permite evitar que seus concorrentes se apropriem de parte do valor por ela produzido. Cada empresa realiza em sua experiência concreta o que expressa o conceito de capital industrial. Ou seja, que cada empresa exista como encarnação individual de todas as formas de existência de capital: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Só assim, ela pode enfrentar a concorrência mundial e, desta forma, evitar que o capital-dinheiro e o capital-mercadoria, explorados por seus concorrentes, subtraíam parte da mais-valia por ela produzida.

Esse revolucionamento da divisão social do trabalho prolonga-se no nível da organização interna do processo de trabalho. Nessa dimensão do processo de produção social, o capital reinventa novas formas de organização para o consumo produtivo da força de trabalho. É quando ocorre o que a sociologia do trabalho chama de *reestruturação produtiva*. Com seus programas de qualidade total, reengenharia ou produção enxuta, o processo de reestruturação produtiva transforma o trabalhador especializado e que fora adestrado para desempenhar uma única e mesma tarefa, em um trabalhador coletivo, capaz de realizar a totalidade das operações do processo de trabalho. Vale dizer: no lugar de uma divisão rígida de ocupações, as empresas buscam um trabalhador flexível, que possa executar diferentes tarefas. Assim como as empresas foram levadas a reconstituir, na prática, a unidade das diferentes formas do capital, a reestruturação produtiva, com seus novos métodos e

técnicas de organização do trabalho, torna extremamente permeáveis e fluidas as fronteiras entre as distintas fases do processo produtivo.

Para realizar essas transformações na organização interna do processo de trabalho, o capital precisa enfrentar a resistência da classe trabalhadora. Para isto, o expediente mais comum tem sido o estabelecimento de fábricas em regiões distantes da influência dos sindicatos e com oferta de força de trabalho abundante. Quando isso não é possível, podem valer-se da ameaça de fechar suas portas. Além disto, as empresas podem lançar mão de outras estratégias. Uma delas é tentar ganhar a confiança dos trabalhadores com promessas de estabilidade no emprego, maiores salários e relações de gerenciamento mais democráticas. Outra é estabelecer um contrato previamente negociado entre a gerência e os trabalhadores, no qual são definidas as regras a serem seguidas. Entretanto, seja qual for a estratégia adotada, ela tem sido mediada por uma situação social desfavorável à classe trabalhadora que, num contexto histórico de elevadas taxas de desemprego, vê-se obrigada a curvar-se à vontade do capital.

Assim, mediante a reestruturação produtiva, o capital restaura seu poder sobre o trabalho de forma quase absoluta. Essa tirania do capital é potencializada através dos programas de privatização das empresas estatais, de liberação comercial e de flexibilização das relações trabalhistas. Estas políticas são condições necessárias para que o capital consiga livrar-se dos grilhões da regulação legal e, assim, realizar, na prática, o que é intrínseco à sua lógica: controlar e regular o processo de metabolismo social. Por isso é que "globalização" exige uma forma de "regulação" política e econômica liberal, sem o que o mercado não pode afirmar-se como mercado mundializado.

Revela-se, assim, o caráter de classe da globalização. O esforço intelectual de seus teóricos para escamoteá-lo mostra que a luta de classes não só é uma realidade, como também mostra porque a EPC (principalmente), que tinha como ponto de partida de suas pesquisas a contradição dos interesses de classe, deve ser rejeitada, superada. Repõe-se, assim, num novo contexto, o que

Marx investigou em sua época: a relação entre a EPC e sua sucedânea [a economia vulgar], cujo interesse que move a pesquisa desta última não era mais saber "...se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não". (MARX, 1985, p.17)

Mas é preciso avançar um pouco mais para melhor dar conta do caráter de classe da globalização. Trata-se de uma necessidade que foi imposta pelo método de exposição do confronto entre os teóricos da universalidade e os da globalização.

2 - Globalização: um projeto de classe

Retomando os resultados do que foi exposto na seção anterior, fica claro que a globalização é uma fase de desenvolvimento do capitalismo, cuja singularidade consiste em se tratar de um fenômeno que exige não só a reestruturação produtiva dos processos de trabalho, mas também maior liberdade de ação do capital. Globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo formam, assim, um todo organicamente articulado, em que esses momentos guardam entre si certa hierarquia lógica. Isso merece uma explicação adicional.

Com a globalização, a concorrência adquire um caráter mundializado, afetando, assim, todas as empresas, independentemente dos mercados em que operem. Realmente, com a liberalização do comércio, as empresas que exploram mercados domésticos vêm-se ameaçadas pela concorrência externa, o que as obriga a reestruturarem seus processos de trabalho e, assim, a entrarem na onda dos programas de qualidade total, produção enxuta ou de reengenharia. Por conta disso, tais empresas juntam-se ao coro das suas consortes mundiais e passam a exigir reformas nos aparelhos de Estado, principalmente no que diz respeito à flexibilização das relações de trabalho: redução de encargos sociais, liberdade de contratação etc.

Entende-se, assim, que a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são produtos da lógica da mundialização do capital.

Como processo de reestruturação do capital, é a globalização que cria neoliberalismo, e não o contrário. Portanto, é um grande equívoco lutar contra o neoliberalismo, como se ele fosse o responsável pela destruição das conquistas sociais da classe trabalhadora. Essa postura política não leva em conta que a globalização compele todas as empresas a participar desse processo, sob pena de serem eliminadas pela concorrência. Nesse sentido, a desregulamentação das economias domésticas é mera resultante das pressões da concorrência mundializada, o que torna os ataques à política econômica neoliberal insuficientes para mudar o rumo das coisas.

Mas, voltando ao que interessa mais de perto, é hora de dar provas do caráter de classe da globalização. Como fenômeno objetivo, que tem no movimento interno do capital o motor do seu desenvolvimento, o processo de globalização da economia tem uma dimensão subjetiva, que se revela quando se percebe que é, também, um projeto articulado pelas principais economias do mundo. É a partir daí que salta à vista sua dimensão de classe.

Em *A Mundialização do Capital*, Chesnais deixa claro que a globalização não é um fenômeno exclusivamente objetivo, isto é, uma força externa que se impôs à sociedade, independentemente da vontade dos partidos políticos e da vontade dos governos. Ao contrário disto, trata-se de um fenômeno produzido. Realmente, diz Chesnais,

a perda, para a esmagadora maioria dos países capitalistas, de boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente; o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias, não são consequência mecânica da globalização, intervindo como processo externo, sempre mais coercitivo, impondo a cada país, a seus partidos e a seus governos uma determinada linha de conduta. Sem a intervenção política ativa

dos governos Thatcher e Regan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente. (CHESNAIS, 1996, p.34)

É na Inglaterra, mais do que em qualquer outro lugar, que o mundo assiste à implantação e ao desenvolvimento desse projeto. Como que numa ironia da história, esse país, que Marx tomou como caso clássico para investigar e expor as leis essenciais do desenvolvimento do capitalismo, volta a servir de ilustração para se pensar as determinações políticas da mundialização do capital. Com a diferença de que agora, como apropriadamente faz lembrar José Meneleu,

a história faz uma volta pela terra do Sol Nascente para aí recolher do toyotismo o que pode ser importado pelo Ocidente. Assim, [este] país pode mostrar aos demais a imagem do futuro. E pode porque é nele que se encontram os elementos marcantes da tentativa consciente de superação de um tipo de fordismo marcado pelo poder do trabalho organizado... (MENELAU NETO, 1996, p.77)

Para superar a resistência da classe trabalhadora, o governo Thatcher teve que destruir suas organizações políticas. Para isso ela fez do desemprego uma arma mortal contra o poder sindical. Quem o diz é o professor Alan Budd, antigo assessor de Thatcher, para quem

aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária [...]; o que se

procurou forjar - para falar numa linguagem marxista - foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante. (MENELAU NETO, 1996, p.78)

Explica-se, assim, o refluxo da luta de classes nos últimos tempos. O desemprego é uma força poderosa para obrigar a classe trabalhadora a aceitar a reestruturação da economia e todas as conseqüências sociais daí advindas. Tal expediente é a maneira mais eficaz a que o capital vem recorrendo para ganhar a adesão dos trabalhadores aos programas de reestruturação produtiva. Qualquer que seja a forma a que o capital recorra para quebrar a resistência da classe trabalhadora, seu conteúdo é o mesmo: evitar a indisciplina do trabalho contra o capital. Nesse sentido, seja o processo de envolvimento impositivo, estimulado ou negociado (Coriat, 1994), são formas que apenas mistificam o seu real conteúdo.

TEIXEIRA, Francisco José S. Globalization, ideology and the class conflict. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 61-94, 2002.

Referências

CHESNAIS, François. Capitlismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1985.

HAMMER, Michael; CHAMPY, James. **Reengenharia: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

HEGEL, George. **HegePs philosophy of right**. London: Oxford Univ. Press, 1967.

HOLLOWAY, John. The red rose of Nissan. **Capital and Class**, London, n.32, 1987.

KANT, Immanuel. Resposta a pergunta: que é esclarecimento. In: _____. **Textos escolhidos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857/1858**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1972. v.1.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Difel, 1980. v.2.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. L.1, v. 2.

MENELAU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinantes do conceito d exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J.S.; OLIVEIRA, Manfredo A. de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

MÉSZÁROS, Istvaán. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

Ricardo, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ROSENFELD, Denis L. **Política e liberdade em Hegel**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2v.

TEIXEIRA, Francisco J.S. **Economia e filosofia no pensamento político moderno**. Campinas: Pontes, 1976.

RESUMO: Conforme as análises contidas no artigo, a globalização é uma fase de desenvolvimento do capitalismo cuja singularidade consiste

em se tratar de um fenômeno que exige não só a reestruturação produtiva dos processos de trabalho mas também maior liberdade de ação do capital. Globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo formam, assim, um todo organicamente articulado, em que esses momentos guardam em si certa hierarquia lógica. Com base nisso, o autor destaca a dimensão de classe da globalização e o agravamento da situação da classe trabalhadora que vê reduzidas suas possibilidades de resistência e de organização política.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; ideologia; reestruturação produtiva; luta de classes; neoliberalismo.

ABSTRACT: According to the analyses in the paper, globalization is a stage of development of the capitalism whose singularity consists in being a phenomenon which demands not only the productive re-structuration of the labour processes but also a greater freedom of action of the capital. Globalization, productive re-structuration and neoliberalism are, therefore, na articulated and organic whole in which those moments keep between them a certain logical hierarchy. Based on this, the autor points out the class dimension of globalization and the worsening of the situation of the working class who sees its possibilities of resistance and political organization fade away.

KEYWORDS: Globalization; ideology; productive re-structuration, class conflict; neoliberalism.